

Relatório de Atividades da direção do SNESup relativo ao ano de 2017

1 - NA GENERALIDADE

O ano de 2017 manteve a intensa atividade do sindicato, seguindo o princípio de valorização e dignificação do Ensino Superior e Ciência e o aumento da representatividade do SNESup.

A orientação manteve-se no esforço de valorização do emprego académico e científico e numa dinâmica de aumento da representatividade dos colegas docentes e investigadores. O objetivo principal foi criar uma dinâmica de representatividade que permitisse reforçar o espírito de classe profissional de todos, no quadro de ação de um verdadeiro sindicato nacional.

Para tal foi escolhida uma abordagem que fosse sensível às diversas solicitações que nos são endereçadas, procurando um conhecimento efetivo do sistema, quer através do contacto direto e imersivo, quer através do conhecimento dos números e estatísticas (incluindo do orçamento), quer dos diversos interlocutores e agentes, quer da legislação e regulamentos produzidos.

A intervenção pública foi orientada para a demonstração do SNESup como organização que conhece profundamente a realidade, permitindo lançar novas perspetivas sobre algumas matérias (financiamento, precariedade, regime fundacional, funcionamento da FCT), fazendo uso de dados e factos, utilizando uma abordagem académica e científica, mas sem perder a capacidade didática de mediação que permita a sua compreensão pelo grande público.

Conseguimos aprofundar o nível da negociação política ao nível nacional, quer com contactos e negociações direta com o Governo, quer com os diversos partidos político (sobretudo os que possuem representação parlamentar), quer no trabalho com outras organizações e movimentos sociais.

Dentro da estratégia de valorização e dignificação das carreiras académica e científica, o objetivo primordial foi contrariar o quadro de desvalorização (nomeadamente salarial) predominante nos últimos anos. Tal ação procurou não só ampliar a capacidade de intervenção política, beneficiando da condição



de um sindicalismo independente de qualquer filiação em centrais sindicais, que possui, como tal, interlocutores em todos os partidos com assento parlamentar, com particular ênfase naqueles que se encontram presentes na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, como também procurando aumentar o apoio na opinião pública, capitalizando e aumentando a presença e visibilidade na comunicação social.

Progredimos também no aperfeiçoamento da gestão interna dos serviços do SNESup, com a revisão de contratos de vários fornecedores e a melhoria dos processos internos.

A ação dirigiu-se à revisão da Lei de Emprego Científico (Decreto-Lei 57/2016), tendo o SNESup conseguido um amplo consenso parlamentar que resultou na Lei 57/2017, bem como na revisão das Regras Complementares ao Regime Transitório da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico (Decreto-Lei 45/2016), o qual veio a resultar no consenso parlamentar que permitiu a Lei 65/2017.

Podemos demonstrar a sustentabilidade financeira das medidas que propusemos, nomeadamente na transformação da Lei de Emprego Científico, com absoluto rigor e demonstração de um conhecimento aprofundado do Orçamento de Estado.

Intervimos ainda nas regras do Programa de Regularização de Vínculos Precários da Administração Pública (Lei n.º 114/2017), permitindo que fosse reconhecida integração neste programa dos docentes, e investigadores (carreiras especiais), das instituições de ensino superior (incluindo as universidades-fundação), bem como dos tempos parciais, muito graças a uma negociação desenvolvida com interlocução do deputado José Soeiro (Bloco de Esquerda).

O SNESup conseguiu que fosse levado a negociação com a Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado uma proposta de contrato coletivo de trabalho, a quem tem vindo a ser mediada pela Direção Geral de Emprego e Relações de Trabalho, tendo ocorrido duas primeiras rondas negociais.

Procuramos denunciar as situações ilegais e de abuso na contratação, quer de docentes convidados (subversão dos limites horários, estabelecidos nos estatutos de carreira e violação da proporcionalidade na percentagem de contratação), quer de professores visitantes (sem remuneração, ou com contratos a 0%), com denúncias ativas à Autoridade das Condições de Trabalho e Inspeção Geral de Educação e Ciência.

Na intervenção pública demonstramos a existência de generosos saldos de gerência acumulados nalgumas universidades, bem como generosos excedentes orçamentais, criados a partir do esforço de docentes e investigadores, que permite contrapor a desvalorização de docentes e investigadores, mais ainda quando são estes os responsáveis por

grande parte da captação de financiamento contabilizado como receitas próprias das instituições. Tal não contradiz a nossa contínua denúncia de subfinanciamento público (por registo de toda a OCDE), mas afirma os desequilíbrios conhecidos.

Demonstramos também o mau funcionamento da Fundação de Ciência e Tecnologia, nomeadamente ao nível da sua fraca execução orçamental.

Podemos também divulgar publicamente dados e informações decisivos para encerrar a questão do modelo fundacional, demonstrando publicamente que em 10 anos este não conseguiu atingir nenhum dos seus objetivos, quer em termos de receitas e diversificação do financiamento, quer em termos de condições de trabalho e de contratação. Tal mereceu também diversos artigos publicados n.º 58 da revista Ensino Superior.

Ao nível da negociação do Orçamento de Estado, apresentamos um extenso conjunto de propostas, que visavam não só a reposição de vencimentos, como uma melhor utilização dos saldos de gerência, a melhoria da situação dos docentes das universidades insulares, a sustentabilidade financeira dos estabelecimentos de ensino superior em territórios de menor densidade populacional e o impedimento de uma revisão encapotada do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Participamos ainda em diversas audições e audiências parlamentares, bem como produzimos pareceres sobre diversas propostas legislativas que nos foram apresentadas.

Em termos internacionais, o SNESup esteve novamente representado na reunião de partes interessadas do Ensino Superior promovida pela OCDE, que ocorreu em Paris, permitindo assim elevar a sua representação institucional e desenvolver mais contactos com organizações congéneres, bem como outras organizações e agentes internacionais do campo do Ensino Superior.

O ano foi ainda marcado pelos contínuos atrasos na divulgação de resultados dos diversos concursos lançados pela FCT, incluindo Bolsas, Lei de Emprego Científico e Projetos de Investigação, escrevendo-se assim mais uma página negra para a Ciência em Portugal. •